



GOVERNO MUNICIPAL DE
ACARAPE
Uma nova história



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I.I – APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



TERMO DE REFERÊNCIA

Nº 2024.11.13.01-GOV

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40, 41 e 82, da Lei nº 14.133/2021, regulamentados pelos Decretos nºs 011/2024 e 013/2024.

2.2. Integram o presente Termo de Referência como se nele estivessem escritos, os seguintes documentos:

- I) Definição dos Lotes/Itens e especificações dos produtos;
- II) Relação dos documentos de habilitação para o procedimento; e
- III) Estudo Técnico Preliminar – ETP.

2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO.

2.1. Órgão(s) Interessado(s):

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

2.2. Objeto:

SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REVITALIZAÇÃO DE LAGOA PARA ATENDER A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ACARAPE/CE.

2.3. Justificativa:

A revitalização socioambiental da Lagoa das Garças se faz necessária devido à degradação ambiental e social que o local vem sofrendo ao longo dos anos. A lagoa, que antes era um importante ponto turístico e de lazer para a população local, atualmente encontra-se poluída, com acúmulo de lixo e esgoto a céu aberto, impactando negativamente a fauna e flora do ecossistema. Além disso, a falta de infraestrutura e de políticas públicas adequadas contribuíram para o abandono do local, gerando insegurança e insalubridade aos moradores da região.

A revitalização da Lagoa das Garças visa promover a recuperação ambiental do ecossistema, garantindo a preservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida da população local. Além disso, a requalificação do espaço pretende estimular o turismo sustentável na região, gerando empregos e oportunidades de negócios para a comunidade. Dessa forma, a intervenção



socioambiental na Lagoa das Garças se apresenta como uma medida urgente e necessária para promover o desenvolvimento sustentável da área e garantir a conservação desse patrimônio natural para as futuras gerações.

2.4. Do Plano de Contratação Anual - PCA:

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID do PCA no PNCP: 23555170000138-0-000004/2024.
- Data de publicação no PNCP: 18/03/2024.

2.5. Descrição da solução como um todo:

2.5.1. A solução proposta para o objeto de contratação pública consiste na aquisição de uma fossa séptica/biodigestor de 1500L, tubos de concreto armado, tampas em concreto armado, tubos de PVC para esgoto, adesivos para tubos de PVC, conexões de PVC para esgoto, caixas de esgoto em concreto, folders educativos, placas educativas de metal, bigbags e um kit de 4 lixeiras para coleta seletiva. Esses materiais visam promover o saneamento básico, a conscientização ambiental e a coleta seletiva de resíduos, atendendo às normas da lei 14.133 de licitações públicas do Brasil.

3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA

3.1. Não há classificação orçamentária para o presente objeto, haja vista se tratar de procedimento mediante Sistema de Registro de Preços – SRP, onde a finalidade primária é a fixação dos preços pelo período de registro. Por sua vez, a fixação de créditos orçamentários se dará quando do momento específico da contratação.

3.2. Valor global estimado:

R\$ 387.391,24 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos).

3.3. Metodologia do orçamento:

Orçamento baseado em pesquisas de preços realizadas pelo Setor de Cotações e Orçamentos do município, conforme Mapa comparativo de preços em anexo aos autos.

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1 A aquisição de fossa séptica/biodigestor, tubos de concreto armado, tubos de PVC, caixas de esgoto, entre outros materiais, para um projeto de infraestrutura urbana pode gerar impactos ambientais significativos. A fabricação e transporte desses materiais podem resultar em



emissões de gases de efeito estufa, além de gerar resíduos sólidos e líquidos durante o processo produtivo.

Além disso, a instalação desses equipamentos pode causar alterações no solo e no ecossistema local, comprometendo a biodiversidade e a qualidade da água. O descarte inadequado de resíduos provenientes da construção e manutenção desses sistemas também pode contaminar o meio ambiente e prejudicar a saúde das comunidades próximas.

Uma possível solução para mitigar os impactos ambientais gerados por essas atividades seria a implementação de práticas sustentáveis, como a utilização de materiais reciclados, a adoção de tecnologias mais eficientes e limpas, o monitoramento e tratamento adequado dos resíduos gerados, e a conscientização e educação ambiental das partes envolvidas no projeto.

Dessa forma, é possível minimizar os impactos ambientais negativos associados à aquisição e instalação desses equipamentos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

5. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA/FORNECIMENTO

5.1. Local de entrega do Objeto

5.1.1. Os produtos deverão ser entregues em até **10 (DEZ) DIAS**, a contar da emissão da **ORDEM DE COMPRA**.

5.1.2. Os produtos deverão ser entregues no(a) nos locais determinados pela **CONTRATANTE**, a ser informado na **ORDEM DE COMPRA**.

5.2. Forma de entrega, acompanhamento e fiscalização da entrega

5.2.1. O fornecimento dos produtos licitados poderá ser feito de forma fracionada, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas de **ORDEM DE COMPRA**, pelo órgão demandante, constando a relação e a quantidade de itens a serem entregues.

5.2.2. A entrega dos itens será acompanhada e fiscalizada por servidor do órgão demandante, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.2.3. A presença da fiscalização do órgão demandante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

5.2.4. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do item eventualmente fora de especificação.

5.3. Prazo para entrega



- 5.3.1. Os produtos deverão ser entregues em até **10 (DEZ) DIAS ÚTEIS**, a contar da emissão da **Ordem de Compra, que será enviada à contratada através de e-mail** ou outro meio que comprove o seu recebimento.
- 5.3.2. A demanda correspondente a **ORDEM DE COMPRA** deverá ser entregue em remessa única.

6. DA FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

6.1. Da forma de recebimento (provisório e definitivo)

- 6.1.1. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 6.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.1.3. O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 6.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 6.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 6.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 6.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 6.1.9. Pós conclusão dos procedimentos quanto ao recebimento, serão realizados os atos correspondentes a liquidação e pagamento da despesa.

6.2. Forma de pagamento



6.2.1. A liquidação da despesa e o Pagamento serão efetuados na proporção de entrega dos produtos, em até **30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da entrega definitiva, através de atesto do recebimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos.

6.2.2. Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o fornecedor deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

6.2.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.2.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.2.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

8.1. Da forma de apresentação das propostas

8.1.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade solicitada, marca, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento.



8.1.2. A licitante deverá garantir a entrega dos itens sem qualquer defeito de fabricação, e se caso constatado alguma imperfeição, terão os itens devolvidos e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

8.1.3. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

9.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



9.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra/nota de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

10.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório da Lei Nº. 14.133.

10.2. São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:



10.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

10.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

10.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

10.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

10.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.2.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2.14. Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

10.2.15. Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

10.3. São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal n.º 14.133/21:



10.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).



13/10

- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- t) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- v) Assinar e devolver a ordem de compra ao Município de ACARAPE/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.
- w) Entregar os itens licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.
- x) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

[Handwritten signature]



- y) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- z) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.
- aa) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de [CIDADE]/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- bb) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - b.4) deixar de apresentar amostra;
 - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar ata de registro de preços e o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



102
X

11.1.1. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.3. Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

[Handwritten signature]

X



c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa:**

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.2.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.2.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.2.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos



das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.2.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.3. Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

10.5. Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas,



GOVERNO MUNICIPAL DE
ACARAPE
Uma nova história



nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.

ACARAPE/CE, 13 DE NOVEMBRO DE 2024.



RAIMUNDO NONATO DE ANDRADE FILHO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE





ANEXO I

1. DOS LOTES:

1.1. **Justificativa quanto ao quantitativo:** A definição dos quantitativos deu-se com base em levantamento pautado pelo histórico de utilização de exercícios anteriores e/ou em consonância com as necessidades das possíveis contratação prospectadas a longo prazo de vigência contratual, estipuladas por este(s) órgão(s).

1.2. Os quantitativos totais estipulados, para efeitos de formulação de proposta de preços constam do Anexo I deste Projeto Básico/Termo de Referência.

1.3. JUSTIFICATIVA DA FORMAÇÃO DE LOTES:

1.3.1. Por ser aquele que melhor reflete os anseios da licitação, por ser econômica e logisticamente o mais viável, tendo em vista que os produtos/bens agrupados em lotes são similares, minimizando a cotação de itens ou lotes de valores insignificativos, e o seu agrupamento perfaz um valor maior a ser cotado, sendo um atrativo aos licitantes, proporcionando uma maior economia de escala, melhora na padronização, logística e gerenciamento dos produtos/bens, já que a unidade gestora solicitará o objeto a um número menor de fornecedores, bem como maior agilidade no julgamento do processo.

2. DOS QUANTITATIVOS TOTAIS DA LICITAÇÃO:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QNT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ADESIVO PARA TUBO PVC RÍGIDO. ADESIVO PARA TUBO PVC RIGIDO 75G.	UND	50	R\$ 16,56	R\$ 828,00
2	BIG BAG CAP/1000KG BIG BAG ENSACAR ENTULHO RECICLAGEM - 120X90X90CM CAPACIDADE ATÉ 1.000KG.	UND	50	R\$ 42,83	R\$ 2.141,50
3	CAIXA DE ESGOTO 300X300MM CAIXA DE ESGOTO EM CONCRETO 300X300MM	UND	128	R\$ 157,67	R\$ 20.181,76
4	FOSSA SÉPTICA/BIODIGESTOR 1.500L FOSSA SÉPTICA/BIODIGESTOR 1.500L. ESTAÇÃO COMPACTA DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO COMPOSTO POR UM REATOR E FILTRO ANAERÓBIO UNIFICADOS DE FLUXO ASCENDENTE. POSSUI VAZÃO DE OPERAÇÃO DE 1500L/DIA,	UND	64	R\$ 2.365,41	R\$ 151.386,24



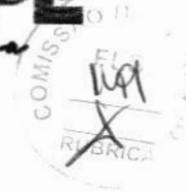
	<p>ATENDENDO VARIADAS SITUAÇÃO DE ACORDO</p> <p>COM O TIPO DE APLICAÇÃO. DIMENSÕES EM METROS MODELO 1500L/DIA : 1,59; 1,29; 1,40; 1,78; 1,30; 0,60. COMPOSIÇÃO: TUBO DE ENTRADA, DN 100.TAMPA ¼ DE VOLTA.TUBO PARA DESCOMPACTAÇÃO DE LODOSEDIMENTADO, TUBO SOLDÁVEL 60MM.SAÍDA DE GÁS(LOCALIZADA NA PARTE POSTERIOR AO REGISTRO). CLORADOR. TUBO DE SAÍDA DO EFLUENTE TRATADO, DN 100. ELEMENTO FILTRANTE. TUBO GUIA DN 100. CASO OPTÉ PELAUTILIZAÇÃO DO CAMINHÃO LIMPA-FOSSA, ESTETUBO DEVE SER UTILIZADO.</p> <p>PENEIRA CONE E ÁREA DE DEPOSIÇÃO DE LODO. TUBO DE SAÍDA DO LODO (PARA LIMPEZASEMESTRAL DO BIODIGESTOR), TUBO SOLDÁVELDE 60MM. JOELHO DE ESGOTO, DN 75. REGISTRO PARA EXTRAÇÃO DE LODO. 01 (UM) REGISTRO DE ESFERA COM UNIÃO SOLDÁVEL DE60MM É ENTREGUE JUNTO COM O PRODUTO. LEITO DE SECAGEM FORTLEV. TUBO GUIA PARA INSERÇÃO DE PASTILHA DECLORO NO CLORADOR.</p>				
5	<p>JOELHO PVC ESGOTO 100MM</p> <p>JOELHO PVC DE 100MM PARA ESGOTO. COR: BRANCO. DIMENSÕES: 100 MILÍMETROS DE BITOLA. TIPO DE MATERIAL: PVC DE QUALIDADE.</p>	UND	192	R\$ 11,15	R\$ 2.140,80
6	<p>KIT 4 LIXEIRA 60L COLETA SELETIVA</p> <p>KIT 4 LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA - 60 LITROS COM SUPORTE.</p>	UND	50	R\$ 641,98	R\$ 32.099,00
7	<p>TAMPA EM CONCRETO ARMADO</p> <p>TAMPA EM CONCRETO ARMADO, ESPESSURA 0,08M</p>	UND	64	R\$ 131,67	R\$ 8.426,88
8	<p>TÉ PVC ESGOTO D=100MM (4").</p>	UND	64	R\$ 16,25	R\$ 1.040,00



	TÊ PVC BRANCO C/INSPEÇÃO P/ESGOTO D=100MM (4")				
9	TUBO CONCRETO CLASSE PA-1 DN=1000MM TUBO DE CONCRETO ARMADO. DIÂMETRO 1.000MM; COMPRIMENTO 1.000MM. FABRICAÇÃO ATENDE AS NORMAS NBR- 8890/2007: CLASSE PA-1. OS TUBOS DE CONCRETO SÃO PEÇAS CIRCULARES, ARMADAS, UTILIZADAS PARA DIVERSAS FINALIDADES DENTRO DO SETOR DE SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA.	UND	218	R\$ 553,33	R\$ 120.625,94
10	TUBO PVC ESGOTO DN 100 TUBO PVC ESGOTO SERIE R JEI DN 100	METRO	768	R\$ 26,59	R\$ 20.421,12
VALOR TOTAL LOTE 01:				R\$ 359.291,24	

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QNT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	FOLDERS EDUCATIVOS 2 DOBRAS FOLDERS EDUCATIVOS 2 DOBRAS. TAMANHO: A4	UND	5000	R\$ 0,93	R\$ 4.650,00
2	PLACAS EDUCATIVAS DE METAL 60X40 PLACAS EDUCATIVAS DE METAL - 60X40. COM ADESIVO DE VINIL LEITOSO EM UMA DAS FACES.	UND	100	R\$ 234,50	R\$ 23.450,00
VALOR TOTAL LOTE 02:				R\$ 28.100,00	

VALOR GLOBAL: R\$ 387.391,24 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos).



ANEXO II RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

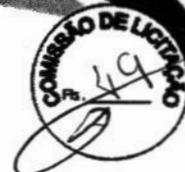
Para fins de licitação, o(s) licitante(s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

- a.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- a.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- a.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- a.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- a.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- a.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).
- b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).
- b.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- b.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c. Qualificação Econômico-Financeira

- c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem)
- c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
 - I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
 - II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e
 - III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.
- c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação.
- c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para



fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

d. Qualificação Técnica

d.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

d.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

e. Declarações

e.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

e.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do termo de referência e seus anexos;

e.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

e.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



152

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ETP.24.10.18.77C-01 - DATA: 11/11/2024

Categoria: MATERIAL

COMISSÃO

1. PROBLEMA RESUMIDO

Problema de saneamento básico e gestão de resíduos, necessitando da aquisição de fossa séptica, tubos e acessórios para melhorar o tratamento de esgoto. Além disso, a disponibilização de folders e placas educativas contribuirá para conscientização ambiental.

2. CLASSIFICAÇÃO DA PRETENSAPUBLICAÇÃO

O objeto de contratação pública consiste na aquisição de diversos materiais e equipamentos para saneamento básico e educação ambiental. A classificação do objeto atende à Lei 14.133 de licitações, pois se enquadra na categoria de bens e serviços comuns, de acordo com o artigo 3º da referida lei. A aquisição desses itens contribuirá para a melhoria da infraestrutura sanitária e para a conscientização da população sobre a importância da coleta seletiva e do descarte adequado de resíduos.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A revitalização socioambiental da Lagoa das Garças se faz necessária devido à degradação ambiental e social que o local vem sofrendo ao longo dos anos. A lagoa, que antes era um importante ponto turístico e de lazer para a população local, atualmente encontra-se poluída, com acúmulo de lixo e esgoto a céu aberto, impactando negativamente a fauna e flora do ecossistema. Além disso, a falta de infraestrutura e de políticas públicas adequadas contribuíram para o abandono do local, gerando insegurança e insalubridade aos moradores da região.

A revitalização da Lagoa das Garças visa promover a recuperação ambiental do ecossistema, garantindo a preservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida da população local. Além disso, a requalificação do espaço pretende estimular o turismo sustentável na região, gerando empregos e oportunidades de negócios para a comunidade. Dessa forma, a intervenção socioambiental na Lagoa das Garças se apresenta como uma medida urgente e necessária para promover o desenvolvimento sustentável da área e garantir a conservação desse patrimônio natural para as futuras gerações.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A previsão no plano de contratação anual inclui a aquisição de fossa séptica/biodigestor, tubos de concreto armado, tubos e acessórios de PVC para esgoto, materiais educativos, big bags e kit de lixeiras para coleta seletiva, conforme a nova lei de licitação 14.133.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Elaboração de um projeto técnico detalhado, que contemple todas as especificações dos materiais a serem adquiridos, garantindo a qualidade e durabilidade dos produtos.
2. Realização de pesquisa de mercado para identificar fornecedores que atendam aos requisitos de qualidade, prazo de entrega e preço compatível com o mercado.
3. Exigência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das empresas concorrentes, garantindo a idoneidade dos fornecedores.
4. Estabelecimento de critérios de sustentabilidade na contratação, como a preferência por produtos ecológicos, recicláveis e de baixo impacto ambiental.
5. Definição de prazos de entrega compatíveis com as necessidades do órgão contratante, garantindo a disponibilidade dos materiais no momento adequado.
6. Realização de processo licitatório transparente e competitivo, assegurando a igualdade de condições entre os concorrentes e a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO



O levantamento de mercado para a aquisição dos itens descritos deve ser realizado de forma criteriosa, considerando a diversidade de produtos e fornecedores disponíveis no mercado. É importante verificar a qualidade, preço e prazo de entrega de cada item, buscando garantir a melhor relação custo-benefício para a administração pública.

Além disso, é fundamental observar a conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas, garantindo a segurança e eficiência na utilização dos materiais. A transparência e a competitividade devem nortear o processo de pesquisa de mercado, visando assegurar a seleção dos fornecedores mais adequados e a realização de uma licitação pública justa e eficiente.

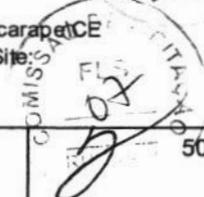
7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para o objeto de contratação pública consiste na aquisição de uma fossa séptica/biodigestor de 1500L, tubos de concreto armado, tampas em concreto armado, tubos de PVC para esgoto, adesivos para tubos de PVC, conexões de PVC para esgoto, caixas de esgoto em concreto, folders educativos, placas educativas de metal, bigbags e um kit de 4 lixeiras para coleta seletiva. Esses materiais visam promover o saneamento básico, a conscientização ambiental e a coleta seletiva de resíduos, atendendo às normas da lei 14.133 de licitações públicas do Brasil.

8.1. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE ITENS A SEREM CONTRATADOS

As especificações e quantitativos indicados basearam-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, dessa forma entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

Descrição	Unid. Medida	Quant
ADESIVO PARA TUBO PVC RÍGIDO. ADESIVO PARA TUBO PVC RIGIDO 75G	UNIDADE	50
BIG BAG CAP/1000KG BIG BAG ENSACAR ENTULHO RECICLAGEM - 120X90X90CM CAPACIDADE ATÉ 1.000KG.	UNIDADE	50
CAIXA DE ESGOTO 300X300MM CAIXA DE ESGOTO EM CONCRETO 300X300MM	UNIDADE	128
FOLDERS EDUCATIVOS 2 DOBRAS FOLDERS EDUCATIVOS 2 DOBRAS. TAMANHO: A4.	UNIDADE	5000
FOSSA SÉPTICA/BIODIGESTOR 1.500L FOSSA SÉPTICA/BIODIGESTOR 1.500L. ESTAÇÃO COMPACTA DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO COMPOSTO POR UM REATOR E FILTRO ANAERÓBIO UNIFICADOS DE FLUXO ASCENDENTE. POSSUI VAZÃO DE OPERAÇÃO DE 1500L/DIA, ATENDENDO VARIADAS SITUAÇÃO DE ACORDO COM O TIPO DE APLICAÇÃO. DIMENSÕES EM METROS MODELO 1500L/DIA : 1,59; 1,29; 1,40; 1,78; 1,30; 0,60. COMPOSIÇÃO: TUBO DE ENTRADA, DN 100.TAMPA ¼ DE VOLTA.TUBO PARA DESCOMPACTAÇÃO DE LODOSSEDIMENTADO, TUBO SOLDÁVEL 60MM.SAÍDA DE GÁS(LOCALIZADA NA PARTE POSTERIOR AO REGISTRO). CLORADOR. TUBO DE SAÍDA DO EFLUENTE TRATADO, DN 100. ELEMENTO FILTRANTE. TUBO GUIA DN 100. CASO OPTE PELAUTILIZAÇÃO DO CAMINHÃO LIMPA-FOSSA, ESTETUBO DEVE SER UTILIZADO. PENEIRA CONE E ÁREA DE DEPOSIÇÃO DE LODO. TUBO DE SAÍDA DO LODO (PARA LIMPEZASEMESTRAL DO BIODIGESTOR). TUBO SOLDÁVELDE 60MM. JOELHO DE ESGOTO, DN 75. REGISTRO PARA EXTRAÇÃO DE LODO. 01 (UM) REGISTRO DE ESFERA COM UNIÃO SOLDÁVEL DE60MM É ENTREGUE JUNTO COM O PRODUTO. LEITO DE SECAGEM FORTLEV. TUBO GUIA PARA INSERÇÃO DE PASTILHA DECLORO NO CLORADOR.	UNIDADE	64
JOELHO PVC ESGOTO 100MM JOELHO PVC DE 100MM PARA ESGOTO. COR: BRANCO. DIMENSÕES: 100 MILÍMETROS DE BITOLA. TIPO DE MATERIAL: PVC DE QUALIDADE.	UNIDADE	192



KIT 4 LIXEIRA 60L COLETA SELETIVA KIT 4 LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA - 60 LITROS COM SUPORTE.	UNIDADE	50
PLACAS EDUCATIVAS DE METAL 60X40 PLACAS EDUCATIVAS DE METAL - 60X40. COM ADESIVO DE VINIL LEITOSO EM UMA DAS FACES.	UNIDADE	100
TAMPA EM CONCRETO ARMADO TAMPA EM CONCRETO ARMADO, ESPESSURA 0,08M	UNIDADE	64
TÊ PVC ESGOTO D=100MM (4"). TÊ PVC BRANCO C/INSPEÇÃO P/ESGOTO D=100MM (4")	UNIDADE	64
TUBO CONCRETO CLASSE PA-1 DN=1000MM TUBO DE CONCRETO ARMADO. DIÂMETRO 1.000MM; COMPRIMENTO 1.000MM. FABRICAÇÃO ATENDE AS NORMAS NBR- 8890/2007: CLASSE PA-1. OS TUBOS DE CONCRETO SÃO PEÇAS CIRCULARES, ARMADAS , UTILIZADAS PARA DIVERSAS FINALIDADES DENTRO DO SETOR DE SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA.	UNIDADE	128
TUBO PVC ESGOTO DN 100 TUBO PVC ESGOTO SERIE R JEI DN 100	METRO	768

8.2. VALOR PREVISTO PRELIMINAR PARA ESTA CONTRATAÇÃO

O VALOR PREVISTO PRELIMINAR PARA ESTA CONTRATAÇÃO É DE R\$200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto de contratação pública pode ser entregue fracionado em lotes, de acordo com a disponibilidade e necessidade do órgão contratante. Dessa forma, a aquisição da fossa séptica/biodigestor, tubos de concreto armado, tubos de PVC, adesivos, caixas de esgoto, folders educativos, placas educativas, bigbags e kits de lixeiras pode ser dividida em lotes para facilitar a gestão e execução do contrato, garantindo assim uma entrega mais eficiente e organizada dos materiais necessários.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO



O processo de contratação pública para a aquisição dos materiais descritos inicia-se com o alinhamento entre os setores demandantes e a área responsável pela contratação. Em seguida, é elaborado o DFD para formalizar a demanda. Após isso, é realizada a cotação de preços e o ETP para avaliação técnica dos produtos. Todo o processo segue as diretrizes da Lei 14.133 de licitações públicas, garantindo transparência e eficiência na contratação.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação dos itens descritos tem como objetivo principal garantir a melhoria da infraestrutura sanitária e ambiental de determinada região, por meio da aquisição de fossa séptica/biodigestor, tubos de concreto armado, tubos de PVC, caixas de esgoto e demais materiais necessários para o adequado tratamento de resíduos. Com isso, busca-se promover a saúde pública, a preservação do meio ambiente e o bem-estar da população local.

Além disso, a aquisição de folders educativos, placas educativas e lixeiras para coleta seletiva tem como objetivo conscientizar a comunidade sobre a importância da preservação ambiental, da correta destinação de resíduos e da prática da coleta seletiva. Dessa forma, pretende-se promover a educação ambiental e incentivar a adoção de hábitos sustentáveis, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e responsável.

Por fim, a contratação dos itens também visa atender aos princípios da eficiência, economicidade e transparência, conforme estabelecido na Lei 14.133 de licitações. Ao garantir a aquisição de materiais de qualidade e adequados às necessidades locais, busca-se assegurar a realização de um processo licitatório transparente e que resulte em benefícios concretos para a comunidade atendida.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A aquisição de fossa séptica/biodigestor, tubos de concreto armado, tubos de PVC, caixas de esgoto, entre outros materiais, para um projeto de infraestrutura urbana pode gerar impactos ambientais significativos. A fabricação e transporte desses materiais podem resultar em emissões de gases de efeito estufa, além de gerar resíduos sólidos e líquidos durante o processo produtivo.

Além disso, a instalação desses equipamentos pode causar alterações no solo e no ecossistema local, comprometendo a biodiversidade e a qualidade da água. O descarte inadequado de resíduos provenientes da construção e manutenção desses sistemas também pode contaminar o meio ambiente e prejudicar a saúde das comunidades próximas.

Uma possível solução para mitigar os impactos ambientais gerados por essas atividades seria a implementação de práticas sustentáveis, como a utilização de materiais reciclados, a adoção de tecnologias mais eficientes e limpas, o monitoramento e tratamento adequado dos resíduos gerados, e a conscientização e educação ambiental das partes envolvidas no projeto.

Dessa forma, é possível minimizar os impactos ambientais negativos associados à aquisição e instalação desses equipamentos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A contratação envolve objetos não correlatos e interdependentes, o que requer atenção e cuidado na execução do projeto. É importante garantir a integração e harmonia entre os diferentes aspectos envolvidos para alcançar os resultados desejados.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

1. Realizar pesquisa de mercado para identificar fornecedores que atendam as especificações técnicas e legais exigidas para os produtos a serem adquiridos.
2. Elaborar o termo de referência, contendo todas as informações necessárias para a correta execução do contrato, como quantidades, prazos, formas de pagamento e penalidades.
3. Realizar a análise da documentação dos fornecedores, verificando sua regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, para garantir a idoneidade das empresas contratadas.
4. Capacitar os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, fornecendo informações sobre as obrigações e responsabilidades de cada parte, bem como orientações sobre como acompanhar a execução do contrato.



5. Realizar a assinatura do contrato, com todas as cláusulas e condições acordadas entre as partes, garantindo a segurança jurídica da contratação.
6. Estabelecer um plano de fiscalização e monitoramento da execução do contrato, com indicadores de desempenho e prazos para verificação do cumprimento das obrigações contratuais.
7. Realizar reuniões periódicas com o fornecedor para avaliar o andamento do contrato, solucionar eventuais problemas e garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados.
8. Manter um controle documental eficiente, arquivando todos os documentos relacionados ao contrato, para garantir a transparência e a prestação de contas perante os órgãos de controle.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação do objeto descrito, que inclui a aquisição de fossa séptica/biodigestor, tubos de concreto armado, tubos de PVC, adesivos, caixas de esgoto, folders educativos, placas educativas, bigbag e kit de lixeiras para coleta seletiva, é de extrema importância para atender às necessidades de saneamento básico e educação ambiental de uma determinada região.

A lei 14.133 de licitações estabelece princípios como a eficiência, a transparência, a economicidade e a sustentabilidade, que devem ser observados em todo o processo de contratação pública. No caso em questão, a aquisição dos itens descritos contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da população, garantindo o tratamento adequado de resíduos sólidos e líquidos, além de promover a conscientização ambiental por meio dos folders e placas educativas.

A escolha dos materiais a serem adquiridos deve levar em consideração a durabilidade, a eficiência e a sustentabilidade, de forma a garantir a eficácia dos sistemas de saneamento e coleta seletiva. Além disso, é fundamental que o processo licitatório seja transparente, competitivo e que garanta a participação de fornecedores idôneos e capacitados para fornecer os produtos necessários.

A contratação desse objeto também deve estar alinhada com as políticas públicas de meio ambiente e saneamento básico, visando atender às necessidades da população de forma eficaz e sustentável. Por meio da licitação, é possível garantir a obtenção dos melhores produtos e serviços pelo menor preço, promovendo a economicidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Portanto, a contratação do objeto descrito atende aos princípios estabelecidos pela lei de licitações, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e para a melhoria da qualidade de vida da população. É fundamental que o processo de contratação seja conduzido de forma transparente, ética e responsável, garantindo a eficácia

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base nos itens descritos no objeto de contratação pública, é possível concluir que a aquisição dos materiais propostos é adequada para atender às necessidades relacionadas ao saneamento básico e à conscientização ambiental. A aquisição de fossas sépticas, tubos de concreto armado, tubos de PVC, caixas de esgoto e lixeiras para coleta seletiva demonstra um compromisso com a melhoria da infraestrutura sanitária e a promoção da sustentabilidade. Além disso, a inclusão de folders educativos e placas de metal com informações sobre o descarte correto de resíduos reforça a importância da educação ambiental para a preservação do meio ambiente.

Portanto, a contratação dos materiais propostos não só atende à necessidade de infraestrutura sanitária, mas também contribui para a conscientização da população sobre a importância da destinação adequada de resíduos. A diversidade de itens, que vão desde a instalação de fossas sépticas até a disponibilização de materiais educativos, demonstra uma abordagem abrangente e integrada para o enfrentamento dos desafios relacionados ao saneamento e à gestão de resíduos. Dessa forma, a contratação se mostra adequada e alinhada com as diretrizes de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde e do meio ambiente.

Acarape-CE, 13 de Novembro de 2024.


Raimundo Nonato de Andrade Filho
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente



Governo
Municipal
de Acarape

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE

Rua José Guilherme Costa, SN - Centro - CEP: 62785-000 - Acarape/CE
CNPJ: 23.555.170/0001 -38 - Tel: (85) 9.8597.7282 - Site:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE

<https://transparencia.acontratacao.com.br/pmacarape/etp>

CHAVE: 77c67132097f9b1ff028aed0eca8d21b

